



1 **Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Loteamento**
2 **Residencial Fazenda Sete Lagos” de responsabilidade da Real Park Empreendimentos**
3 **Imobiliários Ltda, Processo IMPACTO 84/2022 (e-ambiente CETESB.026228/2022-42).**

4
5 Realizou-se no dia 02 de julho de 2024, às 17 horas, no Hotel Orion, na Rua José Parisotto
6 Sobrinho, nº 100 – Itatiba - São Paulo / SP, a Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto
7 Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA do empreendimento
8 **“Loteamento Residencial Fazenda Sete Lagos”** de responsabilidade da Real Park
9 Empreendimentos Imobiliários Ltda, Processo IMPACTO 84/2022 (e-ambiente
10 CETESB.026228/2022-42). Após a abertura dos trabalhos e saudação inicial feita pela
11 representante da Secretaria-Executiva do CONSEMA, **Glória Roberta Paffi**, esta informou
12 que ainda compunha a mesa diretora dos trabalhos a representante do órgão responsável pelo
13 licenciamento, **Viviane Kondratiuk**, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo –
14 Cetesb. Foi realizada a explanação das atribuições do CONSEMA e das normas sobre o
15 desenvolvimento da audiência por **Glória Roberta Paffi**, com os esclarecimentos pela
16 representante da Cetesb, **Viviane Kondratiuk**, sobre o processo objeto da Audiência Pública.
17 Passou-se, a seguir, às exposições sobre o assunto em questão, com a fala de **Daniel Martins**
18 **de Ornelas** representante da Real Park, seguida pela de **Thiago**
19 **Escher** da Global Ambiente, que a apresentaram o projeto e o estudo técnico em discussão.
20 Finalizadas as exposições, passou-se ao momento destinado às falas dos oradores inscritos,
21 fase da qual participaram **Lourdes Ney Malveira**, representando a Associação de
22 Melhoramentos Residenciais Sete Lagos; e os cidadãos **Itamar Piller do Carmo** e **João Luiz**
23 **Soranz Cardoso**. Encerrada a participação dos representantes do plenário, passou-se à etapa
24 das respostas e comentários, por **Daniel Ornelas**, da Real Park, além de **Thiago Escher** e o
25 **Biólogo Paulo**, ambos da Global Ambiente. Seguiram-se os comentários finais, feitos por
26 **Viviane Kondratiuk**, representante da Cetesb. Após constatar e informar que todas as etapas
27 da Audiência haviam sido regularmente cumpridas, **Glória Roberta Paffi** agradeceu a
28 presença de todos e declarou encerrados os trabalhos da audiência. Anexo à presente ata,
29 segue a transcrição integral das falas. Eu, **Anselmo Guimarães de Oliveira**, Secretário-
30 Executivo do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

Transcrição Audiência Pública - CONSEMA

17h00 – Abertura da Audiência Pública

Roberta CONSEMA - Muito boa tarde a todos. Dando início aos trabalhos, desejo a todos uma excelente reunião. Sou Roberta Paff, estou como secretária executiva do Conselho Estadual do Meio Ambiente. Em nome da presidente do conselho, a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, senhora Natália Rezende, de todos os conselheiros e, em meu próprio, dou as boas-vindas aos presentes. A presente audiência pública versa sobre estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ao meio ambiente EIA-RIMA do empreendimento loteamento residencial Fazenda Sete Lagos, de responsabilidade da Real Parque Empreendimentos Imobiliários LTDA, processo de impacto 84-2022, E.Ambiente CETESB 026-228/2022-42. A audiência pública representa um momento de diálogo democrático entre a sociedade e o orço ambiental.

Seu propósito visa informar, esclarecer dúvidas e ouvir a opinião pública, permitindo que críticas e sugestões sejam coletadas em relação à proposta em discussão. A presente audiência não tem caráter deliberativo de votação ou qualquer tomada de decisão final. Seu objetivo principal é informar, dar conhecimento à sociedade sobre o estudo ambiental trazido em questão.

No caso, em tela, o referenciado EIA-RIMA do empreendimento loteamento residencial Fazenda Sete Lagos. A audiência é uma oportunidade para que toda a comunidade conheça detalhes relevantes do projeto e possa expressar suas opiniões de maneira ordenada e respeitosa. Minha representatividade como secretária executiva do CONSEMA nas audiências públicas é completamente isenta.

O exercício da minha função regimental é instalar audiência pública para que todos sejam ouvidos e que as manifestações trazidas hoje sejam encaminhadas aos responsáveis. A condução dos trabalhos será regida de forma neutra e imparcial, para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de modo democrático e organizado, em consonância com o rito do CONSEMA, estipulado através de normas legais. Para que possamos desenvolver os trabalhos com objetividade e clareza, as manifestações e contribuições demo, democraticamente trazidas nesta audiência deverão buscar enfoque sobre o assunto em questão e respeitar o tempo de fala informado para o segmento de cada inscrito, conforme regimento regrado na deliberação CONSEMA 1, de 2011.

A composição da mesa comigo está aqui, Viviane Kru, Kruguski, da CETESB, e também poderia estar, se tiver algum conselheiro presente aqui que queira compor a mesa do conselho, esteja aqui convidado. É, também faço aqui registro e agradecimento a todas as autoridades presentes, bem como a de todos os cidadãos e cidadãs, os membros de órgãos públicos, organizações não governamentais, empreendedores, consultores e todos os demais que nos acompanham presencialmente. Viviane? (Registro Inaudível)

Viviane CETESB - Alô, alô, alô, dá para me ouvir? Sim? Obrigada, Roberta, eu sou a Viviane, sou representante do setor da CETESB, que é responsável por avaliar o EIA-RIMA e o pedido de licença prévia.

Éééé... Nossa equipe é multidisciplinar e tá, e tem a atribuição de checar o atendimento do empreendimento à legislação incidente na área, tanto municipal como unidade de conservação e qualquer interferência que possa haver. Éééé... Nós estamos éééé... de olho nessa audiência pública, porque qualquer informação que for trazida aqui vai ser levada em consideração na análise. No final das apresentações, eu estou à disposição para alguma dúvida sobre o processo de licenciamento, tá bom?

Roberta CONSEMA - Obrigada, Viviane. Feita a apresentação prévia da Viviane, vamos passar agora à exploração do rito do CONSEMA. Você poderia colocar os slides, por gentileza? Bom, conforme anteriormente informado, a composição da mesa está comigo, secretária executiva, e com a Viviane, representante da CETESB, e caso exista algum conselheiro, até dois componentes na mesa. O CONSEMA é um órgão construtivo, normativo e recursal do sistema ambiental paulista.

Ele consta na Constituição do Estado em seu artigo 193. As atribuições do CONSEMA visam estabelecer normas relativas à avaliação, recuperação e qualidade do meio ambiente, avaliar políticas públicas, ambientais de relevante interesse, apreciar EIA-RIMA e manifestar-se sobre a instituição e os SIS, os zoneamentos, planos de manejo e conduzir audiências públicas. As audiências públicas são regidas pelas legislações.

Lei Estadual nº 9.509, de 1997, que versa sobre a política estadual do meio ambiente. A Lei Estadual nº 13.507, de 2009, que dispõe sobre o funcionamento do CONSEMA. E a Deliberação Normativa CONSEMA 1, de 2011, que trata das regras para a convocação e realização das audiências.

A definição e o objetivo da audiência pública. É um evento aberto, público, onde são apresentados aspectos ambientais da proposta, o projeto a todos. Ela serve para dirimir dúvidas e conhecer a opinião da sociedade, recolhendo críticas e sugestões sobre licenciamento ambiental EIA-RIMA, criação ou alterações de USCES, zoneamento ecológico e econômico e outras questões de interesse ambiental.

O edital de convocação foi publicado no Diário Oficial do Estado e divulgado pelo empreendedor na mídia e em grandes jornais de circulação. A secretária executiva do CONSEMA tem a função regimental de conduzir os trabalhos de forma neutra e garantir a fala dos interessados de modo democrático e organizado. O registro dos trabalhos será feito pelo modo digital, registros em áudio e vídeo e registros por escrito, contendo data, hora, local e fala dos participantes.

O desenvolvimento dos trabalhos. O CONSEMA definiu a divisão em três partes, sendo elas a primeira, a apresentação dos estudos, a segunda, a participação dos interessados do plenário e terceiro, respostas e comentários pelo empreendedor. As inscrições para o uso da... da palavra se encerram uma hora após o início desta audiência.

Nós demos início às 17 horas, então, o prazo para as inscrições se encerrarão às 18 horas. As falas serão no intervalo de tempo e na ordem de inscrição, conforme o segmento de representação. E é vetada a duplicidade de manifestações.

A primeira parte versará sobre a apresentação dos estudos, que é a exposição à proposta pelo representante do empreendedor, que terá o tempo de fala de 15 minutos. A segunda será a exposição pela equipe responsável pelo estudo técnico, que terá o tempo de fala de 30 minutos. Na segunda parte da audiência pública, que versará a representatividade daqueles inscritos que estejam no plenário, é, será a representante do Ministério Público, caso esteja e feita a inscrição, terá o tempo de fala de cinco minutos.

Havendo também entidades da sociedade civil feita a inscrição, um período de cinco minutos. Pessoas físicas, o tempo de três minutos. Representantes de órgãos ou entidades públicas, cinco minutos.

Membros de conselhos de meio ambiente, cinco minutos. Parlamentares, cinco minutos. E representantes do Poder Executivo, o tempo de fala também de cinco minutos.

A terceira parte voltará para as respostas e comentários que serão, é, divulgadas pelo empreendedor, tendo também o prazo de 15 minutos. E também pela equipe de elaboração do estudo, mais 15 minutos. E, ao final, as considerações finais da CETESB.

Feitos os esclarecimentos do rito do CONSEMA, passaremos, então, à apresentação do projeto. Por gentileza, Daniel, você poderia nos apresentar?

Boa tarde, Daniel. Fique à vontade, com o seu tempo.

Daniel Real Park - Obrigado. Boa tarde a todos. Meu nome é Daniel Ornelas, eu sou representante da Real Parque, é, o empreendedor responsável pelo loteamento residencial Fazenda Sete Lagos. Primeiramente, eu gostaria de agradecer a presença, é, de todos, em especial, da equipe da Global Ambiente, que, é, nos auxiliaram na elaboração desse estudo, ao CONSEMA, à CETESB e a todos os demais presentes. É uma grande honra para nós participar de um projeto tão grande e tão importante como o loteamento Fazenda Sete Lagos, aqui no município de Itatiba.

Hoje eu vou apresentar para vocês uma visão, ééé, desse projeto. A Real Parque é uma empresa que possui mais de 30 anos de experiência, é, com 5 milhões de metros quadrados urbanizados, mais de 7 mil lotes comercializados e aproximadamente 1 milhão e 200 mil metros quadrados de áreas verdes preservadas. Empreendimentos de grande sucesso e alta valorização nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O nosso compromisso é garantir o pleno respeito pelo produto, pelo parceiro cliente, especialmente pelo meio ambiente, em cada detalhe que realizamos. Aqui embaixo nós temos algumas fotos de alguns empreendimentos que nós desenvolvemos ao longo desses 30 anos. Real Parque Mogi II, em Mogi das Cruzes, Real Parque Chapecó, éééé, em Santa Catarina, Real Parque Santa Maria e Real Parque Assis Brasil, no Rio Grande do Sul.

Aqui nós temos mais alguns. Real Parque Vila Oliveira, Mogi das Cruzes, Real Parque Sumaré e Real Parque Paulínia, na região de Campinas, e Real Parque Arujá, Real Parque Tietê, Real Parque Mogi e Arujá 5, todos na região de Mogi das Cruzes, em São Paulo. Antes da gente adentrar nas principais características do nosso projeto, é importante informar que o loteamento residencial Fazenda Sete Lagos, ele já obteve licenciamento ambiental da

CETESB através de EIA-RIMA, em 2008, a licença, em 2013, perdão, a licença ambiental prévia 2214, e, conseqüentemente, também teve a emissão do certificado do graprohab, número 509, em 2014, quando a AGRI Urbanismo, era a empreendedora responsável pelo empreendimento.

Entretanto, o vencimento dessas licenças e aprovações fizeram com que nós tivéssemos que pedir novamente essa análise. Aqui eu coloquei uma linha do tempo, ééé, só para demonstrar que lá em 2008 foi iniciado o processo de licenciamento, em 2011 houve a audiência pública, em 2013 foi expedida a licença ambiental prévia 2214, em 2014, no ano seguinte, foi expedido o certificado do graprohab, e, em 2016, esse certificado foi revalidado por mais dois anos, até outubro de 2018. Aqui nós temos uma imagem do projeto que foi licenciado há 10, 12 anos atrás.

A nossa experiência demonstrou que se tratava de um belíssimo projeto, o que nos surpreendeu foi que as ruas e avenidas foram dispostas na área do empreendimento de maneira harmônica, fazendo com que a distância para cada um dos lotes até uma área verde ou uma área de recreação e lazer fosse reduzida. A gente pode observar que as ruas todas, à época, foram projetadas de forma circular, ou seja, acompanhando as curvas de nível da área do, da gleba. Isso faz com que haja um número reduzido de movimentação de terra, de erosão.

Então a gente percebe que esse projeto, quando foi concebido lá atrás pela antiga empreendedora, todos os cuidados foram tomados nesse sentido. E por que eu to dizendo isso? Estou dizendo isso porque, em 2018, quando a Real parque assumiu a continuidade desse projeto, ela solicitou a renovação tanto da licença prévia quanto do certificado do graprohab, mas, infelizmente, os pedidos foram indeferidos, porque o prazo de validade tanto da licença prévia quanto do certificado do graprohab havia sido expirado. E aí a Realparque, quando foi encaminhar um novo pedido de licenciamento ambiental, ela tomou o cuidado de preservar exatamente o projeto anterior.

Então aqui nós temos uma imagem, está um pouco reduzida, mas vemos que o projeto atual, ele segue exatamente a mesma concepção do anterior. Aqui nós colocamos um quadro comparativo entre o projeto licenciado anteriormente e o projeto atual. A gente pode observar que houve um aumento no número de lotes, porque inicialmente eram previstos lotes como segunda moradia, lotes em torno de 500, 600 metros quadrados, e no nosso projeto atual nós reduzimos esses lotes para a área, metragem de área quadrada a partir de 300 metros quadrados.

Embora o número total de lotes tenha aumentado no projeto atual, a gente pode observar que a área de lote, ou seja, a área vendável de lote, é menor. As áreas públicas, em contrapartida, também aumentaram. E, conseqüentemente, a área verde, que tinha lá um percentual de 32, passou para 36%.

Então, em que pese a quantidade de lotes tenha aumentado, a área de lote diminuiu, a área pública aumentou e a área verde aumentou. Aqui nós continuamos com a linha do tempo para demonstrar que, em 2020, então, em 2018, a Real Parque assumiu o projeto, em 2019 nós tentamos revalidar as licenças que não foram possíveis, em 2020 nós aprovamos, pré-aprovamos, na Prefeitura de Itatiba, o nosso projeto urbanístico. E aí, aprovando o projeto

em 2020, logo no início de 2021, em janeiro, nós protocolamos o termo de referência e demos início à elaboração do EIA-RIMA.

E hoje, aqui, julho, passados aí um pouco mais de três anos, está sendo realizada a audiência pública. As principais características do nosso empreendimento é que a área do loteamento residencial Fazenda Sete Lagos, ela está localizada no bairro da Posse. Na região norte do município de Itatiba, próximo ao quilômetro 109 da rodovia Dom Pedro I, e ao residencial Terras Nobres.

Ela está distante, aproximadamente, cinco quilômetros e meio do centro de Itatiba. Então, aqui nós podemos ver que nós temos aqui a fase dois, a fase um, aqui nós temos o Terras Nobres, essa linha amarela é a Dom Pedro. A área, ela tá inserida na zona predominantemente residencial, dentro da macrozona urbana do município.

O acesso, ele se dá pela Avenida A, que é uma continuação da Avenida Mário Zan, a qual tem início na estrada Lázaro Moreira da Silva Bertoni. Então, nós temos, mais ou menos, aqui, a Lázaro Moreira da Silva Bertoni, saindo da Dom Pedro. Ele conecta aqui com a Mário Zan. Eu não sei se essa Mário Zan tem esse nome até o final do asfalto, ou somente até a rótula de acesso po Terras Nobres, mas eu identifiquei da rótula para frente como a Avenida A. Se não tiver nome, é a Avenida A. Aqui, um pouco mais de detalhe sobre o nosso projeto urbanístico. A área total da Gleba tem 1.200.000 m². O tipo, o loteamento de uso misto com predominância residencial.

A área de lotes, nós temos 353.000 m², que representa 29,3% da área da Gleba. Como eu disse anteriormente, as áreas públicas, ela tem 767.000 m², que representa 63,7%. E as áreas verdes, 444.000 m², 36,9%.

Esses números, eles nos indicam que a área vendável de lote, inclusive, ela é menor do que a área verde total. Nós temos aproximadamente um terço apenas da Gleba, de 1.200.000 m², com área loteada. O resto é tudo área pública.

A quantidade total de lotes são 940 unidades, sendo que dessas 940, temos 938 lotes no total, 459 na primeira fase e 479 lotes na segunda fase. E temos dois lotes de uso misto. O cronograma de implantação prevê uma duração de quatro anos para implantação das duas fases.

E, por óbvio, prazo esse que começa a contar a partir do momento que o empreendimento for aprovado, 100% aprovado e registrado. Aqui nós colocamos um quadro de áreas do projeto urbanístico, com as áreas detalhadas e também colocamos aqui, a a, o quadro da fase 1, da fase 2, o quadro de áreas, com a quantidade de lotes e área quadrada, da fase 1, da fase 2 e da área de uso misto. É importante informar que, além do projeto urbanístico, foram pré-aprovados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação da Prefeitura de Itatiba o projeto de terraplenagem, os mapas de declividade, as obras de contenção e o projeto de drenagem pluvial.

Tudo conforme consta na certidão de pré-aprovação. Essa pré-aprovação, como eu falei anteriormente, ela ocorreu em 2020, novembro de 2020. O sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, ele vai seguir exatamente o que preconiza a carta de diretrizes da SABESP.

Importante informar que o abastecimento de água...

Tiago, desliga para mim, por favor. Obrigado.

Importante informar que o abastecimento de água será interligado no sistema municipal, conectando-se ao Centro de Reservação Terras Nobres.

O esgotamento sanitário, de igual forma, será conectado também no sistema municipal. Preliminarmente, o ponto que foi nos indicado pela diretrix da SABESP é o Poço de Visita 143, existente na estação elevatória de esgoto. Do também residencial Terras Nobres.

Os resíduos sólidos, a coleta regular de lixo, ela vai ser feita pela Prefeitura três vezes por semana, também conforme consta na certidão de pré-aprovação do município. Aqui tem um croqui que foi passado pela SABESP, e é anexa dessa diretrix, indicando aqui a área do Fazenda Sete Lagos, aqui o Terras Nobres, e nós temos o ponto de lançamento do esgoto e o ponto de interligação da rede de água. Ou seja, o nosso empreendimento, ele não vai contar com uma estação de tratamento de esgoto, o esgoto vai ser enviado para uma estação pela própria SABESP.

A rede elétrica e iluminação pública também existe viabilidade, conforme consta na carta 200 de 2018, emitida pela CPFL Paulista. Aqui nós colocamos um pequeno parágrafo para falar das importâncias do empreendimento para o município, dos benefícios do empreendimento para o município, e a gente sabe que a implantação desse tipo de empreendimento, ele traz diversos benefícios, como o desenvolvimento ordenado, a valorização das áreas circundantes, o aumento da receita tributária, a geração de empregos diretos e indiretos, e o estímulo à economia local. A gente sabe que um empreendimento desse porte, desse tamanho, ele passa por um rito de aprovação bem complexo, tanto em termos da Prefeitura Municipal, quanto em relação aos órgãos ambientais, tanto é que já fazem aí uns bons anos que ele ainda está no papel.

As nossas considerações finais, a gente deixou para falar que esse processo de licenciamento ambiental já se estende por três anos e seis meses, abrangendo 558 páginas e anexos, e durante esse período, aproximadamente 15 especialistas diferentes participaram na elaboração do estudo. Mais adiante, um pouco, o pessoal da Global Ambiente, que é a nossa empresa consultora e que desenvolveu esse estudo, vai falar um pouco mais detalhadamente sobre o EIA-RIMA, sobre as conclusões que nós chegamos nesse EIA-RIMA, nesse estudo de impacto ambiental. Mais uma vez, agradeço a atenção e a presença de todos.

Meu nome é Daniel, naquela tela tem o meu e-mail. Qualquer dúvida pode ser encaminhada diretamente para o nosso e-mail, ou esclarecida aqui presencialmente, conforme foi proposto. Muito obrigado.

Roberta CONSEMA - Obrigada, Daniel. Obrigada, Daniel. Dando sequência, chamo para a exposição da equipe responsável pelo estudo técnico, Thiago, por gentileza.

Boa tarde, Thiago.

Tiago Global Ambiente - Boa tarde... Boa tarde a todos.

Acho que vai colocar aí apresentação. Eu sou o Thiago, Thiago Echa, sou da Global Ambiente. Nós somos uma consultoria ambiental da cidade de Campinas, e a gente que realizou os estudos ambientais, pro, pro, pra aprovação desse loteamento.

Acho que, um pouco como o Daniel falou, o processo de um EIA-RIMA, um EIA-RIMA, é um estudo de impacto ambiental, que é um estudo que já tá aí protocolado há três anos. Então, é um estudo longo, um estudo trabalhoso, e eu sempre gosto de, quando chega esse momento assim de, já de audiência pública, porque já estamos nos finalmentes e próximos da emissão da licença, que é uma licença ainda prévia, então ainda vai passar depois, ainda pra uma licença de instalação, que é junto ao Grapohab, para a implantação do empreendimento.

Então, vou tentar me ater mais às questões ambientais, as questões um pouco de apresentação do projeto, o Daniel já falou. Cadê o? Aqui... Esse é o loteamento então residencial Fazenda Sete Lagos. Essa audiência pública, como eu falei, ela tá relacionada ao rito de aprovação para licença prévia.

Eu vou falar aqui de algumas informações gerais, essas justificativas e caracterizações do empreendimento, o Daniel já falou. Quando a gente trata, quando a gente faz um EIA-RIMA, a gente sempre tem alguns, alguns passos a serem feitos, desde a delimitação das áreas de influência. A partir dessa delimitação, a gente faz todo o diagnóstico ambiental dos três meios, do meio físico, do meio biótico e do socioeconômico.

Quando a gente faz esse diagnóstico, a gente, a partir da elaboração dos projetos, a gente vê quais são os impactos nesses meios físico, biótico e socioeconômico, quais são os impactos ambientais, e para cada impacto ambiental, a gente tem que propor medidas de mitigação e de monitoramento. Então, eu vou tentar explicar isso de uma forma um pouco breve, até por questão de tempo, mas todo o EIA-RIMA está lá impresso, ficou, acho que, público, inclusive um tempo na Prefeitura, e já me coloco sempre à disposição também para qualquer dúvidas que vierem a posterior. Um pouco aqui já foi falado, do real, do Real Parque, do loteamento e da gente ali da Global.

No final, eu apresento, inclusive, a equipe, com quem eu já agradeço aqui, também não agradeço vocês, obrigado, Roberta e Viviane. O objetivo do do do, da apresentação é pra a aprovação, como eu falei, da licença prévia. O Daniel já falou, esse é um processo um pouco particular, porque ele já teve uma aprovação prévia anteriormente, já teve uma LP emitida, já teve uma aprovação do Grapohab, já estava lá na boca do gol para iniciar as obras e tivemos que voltar todo o processo atrás.

Não é a gente, na verdade, não era nem a Global, nem o Daniel, mas era outro empreendedor, outra empresa, mas a área em si e o projeto já tinham sido aprovados anteriormente. Vocês vão ver, e aí também, já falando um pouco do final, a mudança, basicamente, do projeto que teve anteriormente aprovado para esse, significativamente, foi o aumento das áreas verdes. Então, o projeto hoje, ambientalmente, é mais significativo, a gente acredita, inclusive, do que tinha sido já aprovado em 2013.

Aqui, um pouco, a localização do empreendimento, para todas as pessoas conseguirem entender, aqui o, dentro do mapa do Estado de São Paulo, e aqui a localização, está em vermelho, ou a área mesmo, a área do empreendimento. Aqui fica um pouco mais claro. Aqui vocês já conseguem verificar se tem só o residencial Terras Nobis, uma coisa um pouco mais próxima, e verificar que ela está, de certa forma, um pouco isolada, o empreendimento, o futuro empreendimento.

O projeto urbanístico, que o Daniel já apresentou, também não vou me ater tanto aqui, inclusive com as mudanças do projeto anterior aprovado. A caracterização do empreendimento, aqui vale a pena a gente falar que ela está, hoje, em uma macrozona já urbana, que é a zona predominantemente residencial, conforme o plano diretor da cidade de Itatiba, que privilegia exatamente uma ocupação residencial para a região. Aqui também um mapa do macrozoneamento, para a gente conseguir entender, aqui é um mapa geral, aqui é um mapa mais específico, para mostrar exatamente a existência dela dentro da macrozona urbana.

A caracterização do empreendimento, que o Daniel já falou, e eu já realço aqui, a quantidade de áreas verdes, maior, inclusive, do que da área loteada. Aqui a planta urbanística ambiental, que aí mostra todos os impactos ambientais presentes, existentes na área. Então você tem aqui já a presença dos fragmentos, que depois a gente vai falar um pouco, das intervenções e APPs, os impactos maiores são algumas intervenções e APPs, e uma pequena supressão de vegetação, sempre existente para a realização e para a instalação de equipamentos públicos, para a drenagem, para esgoto, então não tem nenhuma supressão ou nenhuma intervenção para a implantação dos lotes.

Aí, como eu falei, a primeira das coisas que a gente faz é a delimitação das áreas de influência, e aí a gente divide essas delimitações pelos meios, o meio físico e o meio biótico, elas ficam com as mesmas áreas de influência, então você tem a área diretamente afetada, que é a área mesmo do empreendimento, a área de influência direta, a gente considerou tanto para o meio físico como o meio biótico, a gente considerou a microbacia da Fazenda Santa Bárbara e a área de influência indireta, toda a unidade de gerenciamento de recursos hídricos, a URGRI 5, que é do PCJ. Então, aqui está a delimitação delas, não sei se está muito claro, azul está toda a AI, em rosa, a AID, a área de influência direta, e a ADA mesmo, que é a área do empreendimento. Para o meio antrópico é um pouco diferente as questões que a gente avalia, então as áreas de influência também são diferentes, então para a AID, para a área de influência direta, a gente considerou um raio de 5 quilômetros, até para conseguir tentar abranger algum equipamento público mais próximo do local, e a área de influência indireta, a gente considerou o município inteiro de Itatiba, com a área dela prevista.

Feito a, delimitadas as áreas de influência, a gente vai para os diagnósticos ambientais, vou tentar mostrar um pouco como é que foi feito. Para o meio físico, a gente segue todo um manual de elaboração, tanto do do, de EIA-RIMA, tanto o termo de referência que foi previsto anteriormente, como todos os estudos de parcelamento de solo, de levantamento biográfico e tal. Os aspectos são sempre levantados, clima, geologia, geotecnia, pedologia, ideologia, ideogeologia, todas as questões físicas são levantadas e avaliadas nesse diagnóstico.

Eu trago alguns mapas só para exemplificar, então aqui, por exemplo, um mapa de perigo de escorregamento, aqui está as áreas de influência, em amarelo, a área de influência direta, em preto, a hada, para vocês verem que o perigo de escorregamento no local é baixo. O risco de inundação é a mesma coisa, ela está, inclusive, como nulo, numa área como nula. Como eu falei, o recurso do meio físico, como recurso hídrico superficial, ela está localizada no PCJ, e tem toda a área territorial dela, a gente exemplifica isso e delimita isso e exemplifica isso de forma mais pormenorizada dentro do EIA-RIMA.

Na hada, especificamente, a gente está localizado dentro da sub-bacia do rio Atibaia, com índice de qualidade de água, que a gente fez também toda uma análise com relação àquilo, como índice boa na maioria dos cinco pontos de amostragem, isso dentro da hada. Aqui também mapas da bacia e da sub-bacia, então aqui é a bacia grande do Piracicaba-Jaguari, aqui é a bacia inteira do PCJ e as sub-bacias existentes. Para, como levantamento para a realização do diagnóstico, a gente analisou, fizemos nove coletas no afluyente do córrego capim fino, como eu falei, a maioria dos parâmetros foram parâmetros bons, foram parâmetros encontrados de forma interessante.

Alguns parâmetros que não se encontraram em conformidade estão relacionados com oxigênio dissolvido, óleos e graxas, DBO e tal, o que faz com que a gente proponha como medida, depois a gente vai exemplificar disso, um monitoramento constante. A gente propõe, inclusive, um monitoramento mensal durante toda a implantação do empreendimento com a realização de coletas para o laboratório para a verificação da qualidade da água. Aqui os pontos de coletas que foram feitos, aqui o amarelo de novo é a ADA, estão cinco pontos dentro da própria área e alguns pontos lá, a montante, um ponto a jusante e uns pontos para a gente verificar.

Ainda sobre o meio físico, os recursos hídricos subterrâneos, tanto nas áreas de influência direta e indireta, a gente tem o aquífero Serra Geral, o Precambriano e o Tubarão, na ADA a gente tem 100% do aquífero Precambriano. Aqui vai ter um mapa para a gente conseguir entender, então esse é o aquífero Precambriano, que é a grande maioria, e aí você tem algumas só na área de influência. Pro meio biótico da flora, além de todo o levantamento de dados secundários, de toda a literatura da região e tal, a gente faz todo um levantamento também nas áreas de influência.

Dentro da ADA, por exemplo, foram levantados 870 indivíduos arbóreos, a gente já faz para esse momento do EIA-RIMA, o levantamento, a catalogação de todos os indivíduos arbóreos isolados e apresenta isso lá dentro. Além de todos os indivíduos isolados, a gente faz diversas parcelas também dos fragmentos, mapeia quais são os fragmentos existentes nas áreas de influência e faz mais parcelas. Aqui são as parcelas que foram feitas na AID.

E aqui a vegetação existente na própria ADA. Aqui é o fragmento de vegetação existente, essa parte mais laranja, dentro da própria ADA. E aqui os pontos da localização das amostras que foram localizadas dentro da própria ADA.

Fazemos o mapeamento das unidades de conservação. A área, como vocês veem, nem na área de influência direta, não existe nenhuma delimitação com a área de unidade de conservação. A unidade de conservação mais próxima é a APA de Campinas, que está na área de influência indireta, é a única área.

Você tem uma pequena aqui, na verdade, da Santa Genebra, também que pega como a área de influência indireta. E temos a área da Jucari Mirim, da Piracicaba Jucari Mirim, mas que também nem se encontra na área de influência. Mas aqui é a localização de todas as unidades de conservação para vocês conseguirem verificar.

Pro meio biótico e pra a fauna, a gente faz também todo o levantamento de dados secundários e além dos dados secundários, a gente faz um amplo trabalho de levantamento de fauna dentro de campo, tanto na ADA como nas áreas de influência também. Aqui é uma localização de onde foram feitas ou colocadas as armadilhas de herpetofauna, mastofauna e avefauna. Aqui nesse aqui, eu já acabei passando e não falei, aqui são os indivíduos de espécies encontrados.

Então, dentro da ADA e dentro da AID, a quantidade de cada espécie. Isso tudo dentro do EIA-RIMA também é delimitado, exemplificado, quais são as espécies e os impactos disso. A gente tem previsto pro empreendimento uma passagem de fauna que vai ligar, na verdade, as duas fases.

Dentro do EIA-RIMA, a gente já exemplifica tudo isso já quase como projeto executivo de como que vai ser feita essa passagem de fauna, que vai ligar essa fase para essa fase. E aí a gente chega pro meio socioeconômico, que a gente também fez todo um diagnóstico ambiental com relação a isso. Então, pro meio socioeconômico, a gente levanta todos os equipamentos públicos existentes na região e qual é o uso do local e do, do, do, do, da vizinhança.

A gente vê que lá na área diretamente afetada, na ADA, ela tem um uso predominantemente agropecuário, na região também. E aí na AID, que a gente vai ver algumas escolas e postos de saúde, unidades de postos de saúde, e nas áreas de influência indireta, que é o município, que a gente vai ter alguns centros culturais e bens tombados. Aqui um mapa de uso e ocupação do solo.

Aqui está em vermelhinho é a nossa ADA, para vocês verem que essa área amarela é a área de uso agropecuário. Então aqui um detalhamento para vocês verem como o uso historicamente da área, ela é ou possui hoje um uso histórico de agropecuária. Aqui também o uso de ocupação do solo, para vocês verem áreas verdes e a nossa área ADA com esse mesmo histórico.

Aqui os pontos, os locais levantados de equipamentos públicos, de educação. Então aqui está a nossa ADA, você vê que os mais próximos estão localizados, mas na região mais próxima da cidade. De saúde, a mesma coisa.

Então as áreas de influência, verifique que a delimitação do raio, portanto, foi exatamente para a gente conseguir pegar os equipamentos públicos mais próximos. E aí os equipamentos de cultura, que têm a ver com o município inteiro de Itatiba. E o bem tombado, da mesma coisa, do mesmo fato.

Lembrando que esse processo, todo um processo de EIA-RIMA, ele tem também que ser aprovado pelo IFAM, então foram feitos todos os estudos arqueológicos no local, e teve a manifestação do IFAM de licença prévia, de instalação e de operação do empreendimento. Aqui o Daniel também já falou um pouco sobre isso, as questões de infraestrutura do

empreendimento, não vou me ater muito a isso, mas a carta de viabilidade da SABESP, de água, de esgoto, de resíduos, de energia da CPFL, tudo isso já devidamente aprovado e com as cartas de diretrizes já corretas. Foi feito também para o estudo e apresentado no EIA-RIMA um estudo de macrodrenagem, um estudo hidrológico, com termos de retorno de 100 anos, considerando dois cenários, um cenário de pré-implantação e um cenário de pós-implantação do empreendimento.

Aqui são as bacias de contribuição, a delimitação das bacias de contribuição, para vocês conseguirem entender. Em vermelho aqui é a nossa área, em verde são as bacias de contribuição. Então, para cada bacia de contribuição é feitos os cálculos, é feitos os estudos de como que, de qual é a influência que vai ter da impermeabilização da área do empreendimento.

E aí, com toda a realização dos estudos, verifica-se que, após a implantação do empreendimento, a gente vai ter um impacto zero, que a gente chama. Porque com a presença dos barramentos que já são existentes e da própria cacimba lá existente, você vai ter uma vazão, como vocês podem verificar, menor, inclusive, do que é o cenário atual, onde ela está, em grande parte, permeável. Então, há todo um cuidado com relação a isso também.

Tem a presença de uma cacimba na área, que é uma solicitação da própria prefeitura, ela vai ficar na área institucional, também como uma forma de mitigação da futura impermeabilização do empreendimento. E aí, feita toda essa questão do diagnóstico, do levantamento tudo, a gente cria-se uma matriz de impactos ambientais... (inaudível)

Depois do diagnóstico, a gente vai ver os impactos, de que cada, na implantação do empreendimento. Primeiro cria-se... cria-se não, a gente elabora quais são os impactos e a gente vai classificando cada impacto conforme as suas características.

Então, desde a sua ocorrência, se é uma ocorrência prévia, durante a implantação, na operação, se ela tem regularidade, se ela é reversível, se é a duração dela, se ela é baixa, se ela é alta, tudo isso, para cada impacto, a gente vai classificando ela e cria-se essa matriz de impactos. E aí, a partir dessa criação das matrizes, a gente, pra cada impacto, a gente tem que criar um plano de mitigação e de monitoramento. Então, eu vou falar de alguns planos de monitoramento e de mitigação.

O primeiro, talvez um dos mais principais, é o plano de gestão ambiental de obras, que é durante a implantação do empreendimento, que vai desde o início do empreendimento até o final dele, durante todo o processo, os quatro anos de implantação dele, tem que ter esse plano de gestão ambiental e que tem que ser, inclusive, apresentado cotidianamente, cotidianamente não, mas rotineiramente para a CETESB, que vai acompanhando esse processo. Então, dentro desse plano, a gente apresenta algumas proteções das áreas verdes, o controle de resíduos, o descarte de influentes, o uso de mantas de contenção do solo, a implantação de cacimbas, de drenagem provisória, para mitigação, inclusive, de riscos de erosão. Existe um plano específico de erosão também, que depois eu vou falar para vocês.

Existe um plano de gerenciamento de resíduos de construção civil, da fase de implantação, com todo um programa para a segregação dos resíduos, para a verificação de quem é que vai fazer esse transporte, de como é feito o transporte dos resíduos, para onde está sendo jogado esses resíduos de forma final. Tudo isso é monitorado, inclusive, também pela CETESB durante todo o processo de obra, e que depois vai culminar numa licença de operação lá na frente. No plano de gerenciamento de resíduos, também há uma ideia para a fase de operação, junto aos futuros moradores, com orientação para eles, distribuição de cartilhas e treinamentos e tais.

O plano de controle de erosão e assoreamento, como eu já cheguei a falar, monitoramento contínuo durante todo o transcorrer das obras, as nascentes, os cursos d'águas, como a gente vai cuidar com relação a isso, áreas que apresentam solo exposto, qual é o cuidado de colocar gramíneas, de gramatálides, o isolamento das áreas de APP, comandos bidins, execução de cacimbas, como eu já falei, a própria adensação provisória. Tudo isso é também exemplificado dentro do EIA-RIMA e dentro desses planos de controle de erosão e assoreamento. O plano de qualidade de águas superficiais, como eu já falei um pouco, a gente propõe uma realização desses monitoramentos de controle de água, como eu falei, de forma mensal, coleta mensal durante todo o processo da obra, para a gente ver exatamente, a gente tem o que a gente chama de zero, que já foi feito antes da implantação da obra, e a gente vai fazendo coletas mensais durante todo o processo exatamente para ver se todas essas medidas de controle de erosão, de controle ambiental, estão sendo, estão tendo um efeito positivo.

Além disso, projeto de reflorestamento e enriquecimento florestal. Até pela particularidade do próprio empreendimento, do próprio projeto, a gente tem uma área verde significativa, muito maior, inclusive, do que o preconizado pela CIM-80, de 20%. Então, todo o processo de compensação ambiental prevista, a gente está prevendo quase 120 mil de compensação ambiental, de plantio para uma compensação ambiental.

Essa compensação ambiental tenha relacionado com as supressões, com as intervenções e com as supressões dos indivíduos isolados. Tudo isso está sendo previsto internamente do empreendimento. Além disso, toda a área verde do empreendimento também é prevista o reflorestamento dela.

Aqui, a planta de revegetação. Ela fica um pouco poluída pela quantidade de informações, mas vocês verifiquem que aqui, por exemplo, é toda a área verde, e toda está sendo prevista a ideia de reflorestamento. Aqui já são os fragmentos existentes e o reflorestamento ao redor.

Também estamos propondo um programa de monitoramento e conservação da fauna, da mesma forma que vai ter um controle ambiental da obra, também é previsto um controle ambiental de monitoramento da fauna, principalmente no começo da obra, quando tem a supressão tanto dos indivíduos arbóreos isolados como da vegetação proposta. Isso é feito também de forma rotineira e também apresentado para a CETESB para o acompanhamento disso. E durante a fase de operação também está previsto distribuição de cartilhas para conscientização, treinamentos, como uso racional da água, preservação da APP, descarte de resíduos, caso seja encontrado algum animal ou alguma coisa assim, como é que isso tem que ser feito.

O programa de educação ambiental também faz parte do processo para a fase de implantação, com uma série de treinamentos com os funcionários, com esses temas que eu já falei, de segregação de resíduos, descarte correto e tal, e para a fase de operação da mesma forma. Mais até do que a distribuição de cartilhas, a gente propõe inclusive uma conscientização dos futuros moradores, fazendo palestras, fazendo treinamentos com escolas, com equipamentos públicos mais próximos, para uma ideia de conscientização também deles. Já me aproximando para as considerações finais, para os três meios, tanto para o meio físico, como o meio biótico, como o socioeconômico, a gente acredita que os impactos ambientais não são tão significativos assim, e que o impacto, na verdade, e que a realização do empreendimento tem um impacto ambiental muito mais positivo do que negativo, se a gente for considerar as condições atuais que estão lá no local.

E que, obviamente, com todos os programas sendo devidamente implementados, com todas as questões sendo devidamente implementadas, a gente considera que o empreendimento é super viável e super válido. Ele está, como eu falei, a conclusão, o projeto está de acordo com as leis municipais, se encontra com um zoneamento específico, e considerando todos os programas e a realização de todos os programas, a gente acredita, a gente não tem nada a se opor, mais do que isso, a gente acredita que vai ser um bom empreendimento em termos ambientais para a região. Aqui um pouco a equipe técnica que realizou o trabalho, a coordenação geral é do senhor Plínio Ascher e a minha, a gente tem a coordenação da BIA aqui do Paulo, o Paulo cuida mais da área do meio biótico lá, tem parte de administração geral, aqui toda a equipe que participa do processo, do meio biótico, do meio físico, do meio socioeconômico, a gente tem uma equipe de geoprocessamento, a Global Ambiente é uma empresa que faz todas essas pessoas, elas trabalham na Global, são todas internas, eu gosto sempre de ficar falando isso, a gente não terceiriza absolutamente nada, então é uma equipe inteira, a gente tem ex-funcionários aqui que participaram, mas são todas pessoas internamente que participam ativamente dentro do processo.

Eu agradeço bastante pela atenção e fico à disposição para qualquer tipo de pergunta, para questionamentos. Muito obrigado.

Roberta CONSEMA - Obrigada, Tiago Ascher.

Obrigada também, Daniel Ornelas, feito a exposição dos estudos. Vamos passar agora para a segunda parte da audiência pública, que versará sobre a participação do plenário, na qual eu passo a chamar os inscritos, não havendo representante do Ministério Público inscrito, nem presente, eu passo então aos inscritos das entidades da sociedade civil, na qual eu chamo a senhora Lourdes Ney Malveira, forne da Associação de Melhoramentos Residenciais Sete Lagos.

Sim, por gentileza.

Boa tarde, senhora Lourdes. Seu tempo de fala é de cinco minutos, fique à vontade.

Lourdes Associação - Tentarei ser o mais sucinta possível aqui.

Estou representando aqui a Associação Sete Lagos, nós somos vizinhos ao novo empreendimento, aliás, nós fazemos parte do projeto inicial, que com a substituição do empreendedor, esse projeto foi alterado, correto? Então assim... A minha primeira dúvida, questionamento, é o seguinte, no relatório relativo à fauna e flora, não há, aliás, a informação é de que não há, por exemplo, capivaras encontradas no local. O relatório é de 2021. Em 2021, nós também temos um relatório técnico, porque isso era uma questão de preocupação nossa, nós temos muitos indivíduos capivaras, que fazem parte do nosso convívio lá, e nós gostaríamos de entender esse público.

Então, na época, 2021, ele foi mapeado, e aproximadamente eram 80 indivíduos. Nós sabemos que eles se multiplicam muito facilmente, nosso empreendimento é do lado. Então, eu gostaria de entender, porque elas não foram identificadas, e muito provavelmente elas devem fazer uso de alimentação, do lado lateral, do lado onde há o APP, e tentam fazer uso de alimentação do nosso lado, porque elas nos visitam com muita frequência.

Então, essa era uma dúvida da qual eu não encontrei no material de vocês. O segundo ponto é o seguinte, o projeto inicial previa um número populacional, do qual esse novo projeto simplesmente duplicou esse número populacional. São lotes menores, o projeto inicial eram lotes maiores.

Levando em consideração essa alteração, que para nós é bem significativa, eu gostaria de entender, na questão de água e esgoto, se fazer uso de uma estrutura que foi calculada inicialmente para um número menor, e agora se para um número maior, usando a nossa rede, tanto de reservatório como de esgoto. Na parte de reservatório, no relatório de vocês, informa que o nosso reservatório é utilizado para loteamento Terras Nobres, e serviria de reservatório pulmão. Na mesma redação, logo na sequência, ele não cita mais que é um reservatório pulmão, e sim um reservatório também de uso.

Então, eu queria entender o que é um reservatório pulmão, e como que na redação fala-se de pulmão, e depois de um reservatório de uso. Esse cálculo está correto para uma população bem maior do que está sendo considerado? Essa era a minha dúvida. Na parte de esgoto, a mesma coisa.

Se havia um cálculo inicial, agora há um público bem maior, e vai-se usar a mesma rede. Eu queria saber, entender os impactos, como vai ser feito, se vai passar por dentro do nosso loteamento, se não vai passar, o loteamento é fechado. O de vocês, aparentemente, pelo que sei, será aberto, que é uma outra preocupação nossa.

CPFL. Nos relatórios, não vi questões técnicas, embora não seja da área técnica, mas não vi nada técnico de como vai funcionar a CPFL. Hoje, ela é um problema para nós.

Pelo que entendemos, a rede é rural, ainda. E, vindo a um loteamento com essa dimensão, eu queria entender como vai ser essa rede, ou a utilização disso. E lá não tem nada técnico de como vai funcionar isso da CPFL.

Estou falando como leiga. Peço perdão. Algumas colocações aqui.

Como leiga, não sou especialista na área, mas me chamou a atenção isso também. O último item que tenho a colocar aqui é a questão viária. O relatório informa que é muito tranquila a questão viária, embora tenha seus impactos, impactos que são permanentes ou temporários, enfim.

Nessa questão viária, na página de vocês aí, 1.300 e alguma coisa, 23 a 49, vocês consideram alguns pontos de contagem. Nesses pontos de contagem, há, no desenho, considerando um acesso pelo quilômetro 108 da Rodovia Dom Pedro, que é um quilômetro do qual o loteamento Terras Nobres faz uso, é um loteamento particular, é um acesso particular de matrícula, 19.834, pertencente a Três Lagos Empreendimentos. Nós fazemos uso.

E, por fazer uso, com a permissão do dono desse acesso, nós também fazemos a manutenção dela. Inclusive, hoje ela é via dupla. E ela é considerada na contagem de vocês.

E aí eu gostaria de saber se há uma intenção de fazer a doação desse acesso para que se torne público. Porque hoje, se for feita a contagem novamente, a contagem foi em 2021, mas se for feita a contagem novamente, certamente vocês vão se surpreender com o uso desse canal de acesso hoje. Então, ele realmente é muito usado.

E na parte de, e assim... Uma outra questão que eu coloco é que as alterações viárias sugeridas no relatório são sugeridas a longo prazo. Longo prazo, pra gente, eu queria entender qual é o longo prazo e o entendimento do empreendimento, porque hoje se faz eminente a doação desse acesso, hoje se faz eminente uma outra sinalização, hoje nós temos problemas frequentes, com muitos caminhões acessando aquele trecho do quilômetro 108, fazendo acesso a essa estradinha, ou, quando não conseguem passar pela estradinha, tentam passar pelo túnel, que também é um túnel, na época, utilizado para carroças, alguma coisa desse tipo, e os caminhões não passam lá. Ele tem que voltar na contramão.

As sinalizações já foram, inclusive, feitas até pelo loteamento, de uma certa forma improvisada. Entendemos que não temos esse direito, por isso que a concessionária retirou essas sinalizações. As que existem hoje lá não são suficientes.

Então, são essas questões que eu gostaria de entender melhor. E a última é, os relatórios às mitigações e monitoramentos serão encaminhados à CETESB. Eu gostaria de saber se eles serão públicos também, porque eu gostaria de acompanhá-los.

São essas, eu agradeço. Muito obrigada.

Roberta CONSEMA - Muito obrigada, senhora Lourdes, pelas suas manifestações.

Passando para o próximo segmento, não havendo mais inscritos na sociedade civil, eu passo para pessoas físicas, na qual eu passo a chamar o senhor Itamar Piller, do Carmo. Por gentileza, senhor Itamar.

Boa tarde, seu tempo de fala é de três minutos.

Fique à vontade.

Itamar (Sociedade Civil) - Obrigado, boa tarde. A maioria, a própria Lourdes já colocou a nossa preocupação, então isso vai adiantar já o processo.

Mas eu tenho dúvidas da questão do assoreamento do lago Abontante, que vai estar justamente dentro ali do novo empreendimento. Ele já tem um processo de erosão lá, já está havendo um assoreamento no segundo lago. Então eu gostaria de saber se já houve alguma providência, se vocês já avaliaram, quantificaram o que poderá ser feito lá, porque o vertedouro está fora do canal original.

Foi feito um segundo canal e ele já saiu do segundo canal também. Isso está trazendo realmente um assoreamento para o lago 2. E se continuar, e agora com o empreendimento, certamente virá um maior volume. Isso vai realmente estar prejudicando ali essa parte hidrográfica do nosso, da nossa área lá, ok?

Eu acho que as outras a Lourdes já colocou, seria assim que eu colocaria também algumas delas. Então eu gostaria de saber alguma coisa a respeito dessa questão da erosão no lago Abontante. Obrigado.

Roberta CONSEMA - Muito obrigada, Sr. Itamar, pela manifestação. Vamos passar também o próximo inscrito, ainda no segmento de pessoas físicas, o Sr. João Luiz Sorraz. Muito boa tarde, Sr. João Luiz.

Seu tempo de fala é de três minutos.

João Luiz Morador - Boa tarde. Eu moro no Sete Lagos e surgiu a preocupação com o empreendimento desse tamanho ali.

Vou falar o que eu vejo assim. Meio no meio do nada, sabe? Nosso acesso ao Sete Lagos já é um pouco improvisado. Agora, com mais um empreendimento desse tamanho, se não tiver uma outra maneira de chegar até lá, é praticamente impossível.

Teria que realmente fazer uma coisa pensada para um volume desse. A gente já tem alguns acidentezinhos na nossa estrada, por entregadores, pessoas que não estão acostumadas naquele trecho, que é um pouquinho sinuoso. Acho que seria uma questão.

Outra questão já foi colocada também, a parte de esgoto. De repente sobrecarregar lá, a água, esgoto. Aquilo que hoje é bom, considero bom, bem agradável, o Sete Lagos pode deixar de ficar tão agradável assim se não for muito bem estudado.

É claro que acredito em Sabesp, em Cetesb, e que, e Prefeitura. Todos vão ficar monitorando isso pra que aconteça da melhor maneira possível. Mas, mediante essa preocupação, vim hoje expor aqui minhas ideias.

Eu acredito que isso tudo vai ser muito bem pensado. Para que não seja talvez um elefante branco ou uma fonte de problemas. É só programar, fazer as coisas bem feitinhas, com programação, que dá tudo certo. Só isso.

Roberta CONSEMA - Muito obrigada, Sr. João Luiz, pela sua manifestação. Não havendo mais inscritos no segmento de pessoas físicas, também não havendo representantes de órgãos ou entidades públicas, nem membros de conselhos de meio ambiente, nem

parlamentares, nem representantes do Poder Executivo. Eu passo então para a terceira fase da audiência pública, na qual eu repasso para os consultor, para o consultor e empreendedor.

Para respostas e comentários, considerando as manifestações do plenário. Por gentileza, então, Daniel Ornelas. Só para o seguimento, há alguém que tem realizado a inscrição no plenário que eu não tenha convidado aqui? Não? Então possa, podemos passar para a terceira fase. Muito obrigada.

Daniel Real Park - Primeiramente, gostaria de agradecer novamente à mesa diretora pela condução da audiência. E reforço que a Real Parque estará sempre à disposição de todos para ampliar o debate, acolher as sugestões que tiverem e respeitar as divergências.

Quanto ao questionamento da senhora Lourdes, da Associação do Terras Nobres, a primeira questão foi em relação ao estudo de fauna. Sobre as capivaras, esse ponto específico eu vou deixar pro Tiago complementar pra gente. Sobre o número populacional, de fato houve um aumento, mas não o dobro.

Pelo menos em termos de número de lotes, nós temos um acréscimo de 610 terrenos pra 940. Então é um pouco mais. Em termos de populacional, a proporção é a mesma.

Eu não sei se no estudo inicial foram utilizadas uma conta com quatro pessoas por lote e, nesse estudo, foi utilizada uma conta de cinco pessoas por lote, que pode aumentar um pouco mais. Mas a base, o critério, tende a ser o mesmo. Então a gente vai trabalhar com o aumento do número de lotes.

De fato, de fato, a Agri Urbanismo, ela quando idealizou o projeto, não sei se foi o caso do Terras Nobres, mas ela idealizou um produto pra segunda... segunda moradia, veraneio ou algo do tipo. Talvez hoje isso não esteja acontecendo. Mas os empreendimentos da Real Park, todos eles têm esse padrão de terrenos de 300 metros quadrados como primeira moradia.

É por isso que nós diminuímos o tamanho da área quadrada de lote. É importante esclarecer que a legislação municipal ela prevê, naquele zoneamento, lotes a partir de 200 metros quadrados. Então nós entendemos, pelo padrão, até pelas fotos que nós apresentamos, que o número populacional, o número de habitantes por lote, vai girar em torno de três, a no máximo quatro, estourando, até porque é o número das famílias atualmente.

Sobre a questão do loteamento, ser fechado, ele vai ser um loteamento fechado. Ele não vai ser loteamento aberto. O que que acontece... O empreendedor ele pede a diretriz para a Prefeitura Municipal para a implantação de loteamento fechado.

Só que nós aprovamos esse tipo de empreendimento por meio da Lei 6766. Então ele é feito a aprovação do loteamento como se fosse aberto, depois dele todo aprovado, você pede uma outorga, uma concessão de uso para a Prefeitura das áreas públicas. Isso, possivelmente, deva ter acontecido no Terras Nobres.

Igual ao Terras Nobres, vai ser instituída uma associação de moradores que, a partir da entrega do empreendimento, passa a tomar conta. E a gente entende que isso é o que faz

com que o empreendimento desse porte, desse tipo, tome corpo, tome vida, ganhe vida. Sobre a questão da água e do esgoto, atualmente nós temos o, a carta de diretriz da Sabesp.

A Sabesp determinou o ponto de lançamento do esgoto e o ponto da coleta de água. Tá certo? Esse projeto ele já foi elaborado, nós temos o projeto pronto para ir para aprovação junto à Sabesp. Esse projeto, ele vai seguir para a Sabesp quando nós tivermos a licença prévia e ingressarmos com o nosso projeto no Graprohab.

O que eu posso te adiantar é que, em termos da rede de água, em que pese a conexão ou ponto de interligação, seja no reservatório Terras Nobres o nosso empreendimento, ele também vai contar com o centro de reservação particular. Particular não, que vai ser doado para a Sabesp futuramente, mas que prevê a demanda do nosso empreendimento. Então, no projeto, depois podemos disponibilizar, existe um reservatório de 500 metros cúbicos, 500 mil litros, reservatório apoiado, e mais um reservatório elevado de 75 metros cúbicos, 75 mil litros.

Em relação ao esgoto, o nosso empreendimento não tem estação de tratamento de esgoto, justamente porque a Sabesp indicou o ponto para lançamento. O que nós vamos ter no nosso empreendimento são duas elevatórias de esgoto. Uma elevatória um pouco mais afastada, que vai bombear o esgoto para uma segunda elevatória, e essa segunda elevatória encaminha para o recalque o esgoto até esse PV 143 indicado pela Sabesp.

O que eu posso te dizer, que faz parte do projeto técnico, do projeto executivo, tanto de água quanto de esgoto, antes da elaboração do projeto interno do loteamento, há um estudo, uma verificação do sistema existente. Esse sistema que atualmente tem dentro do residencial Terras Nobres. Então esse sistema todo foi verificado e há condição de fazer esse lançamento.

A carta de diretriz... a carta de diretriz expedida pela Sabesp, ela foi expedida já considerando os 940 terrenos. Então quando nós pedimos a carta de diretriz para a Sabesp, nós tivemos que informar a quantidade de habitantes e no final chegou na vazão tanto de água quanto na vazão de esgoto. O que eu tenho de informação na época da Agri, é que de fato todo o sistema da fase 1 do Terras Nobres, ele foi todo dimensionado para atender esse empreendimento.

Em que pese haja uma quantidade um pouco maior de lotes, é possível sim fazer a interligação tanto de água quanto de esgoto. Por fim, por fim, ainda sobre esse assunto, é importante informar, como eu disse anteriormente, que o projeto de água e esgoto ainda não foi aprovado pela Sabesp. Hoje nós temos uma diretriz e pode ser que entregando esse projeto na Sabesp, eles peçam algum tipo de revisão, algum tipo de adequação.

Mas a diretriz, o projeto foi elaborado exatamente de acordo com a diretriz. Sobre loteamento fechado eu falei. Sobre a CPFL, o projeto elétrico e de iluminação pública, que será previsto, vai ser o projeto do tipo aéreo, isso eu já posso te adiantar, ele não vai ser subterrâneo.

O projeto elétrico, de fato, você não vai encontrar no material, porque ele não é um projeto necessário neste momento para o licenciamento ambiental e também para aprovação na prefeitura de Itatiba. É um projeto que a gente pode elaborar e desenvolver ele no decorrer

da execução. A CPFL, ela atestou viabilidade para a eletrificação do empreendimento, tanto a rede elétrica quanto a iluminação pública.

Então hoje o que nós temos em relação a CPFL, de fato, é a certidão de viabilidade. Sobre o sistema viário e os pontos de contagem, eu vou falar um pouco do histórico, mas, de repente, o Tiago pode complementar depois, porque eles participaram da, dessa, da elaboração desse estudo, tá? De fato, o acesso ao empreendimento, o acesso oficial ao empreendimento é pela estrada Lázaro Moreira da Silva Bertoni, se não me falha a memória. Aquele acesso pelo quilômetro 108 realmente é um acesso que nós entendemos como precário e ele tá em área particular. Esta área particular é a área do próprio dono da Gleba, onde está sendo empreendido a Fazenda Sete Lagos, que seria a Três Lagos Empreendimentos.

Nós temos total interesse em ampliar, em reformar, em fazer o que for necessário para que esse acesso esteja adequado ao número de movimentação que ali vai existir. Nós não temos interesse algum em fechar o acesso, muito pelo contrário. Inclusive, tem mais ou menos um ano, um pouco mais, um engenheiro lá do Terras Nobres fez contato comigo, porque havia um problema em termos de segurança, se poderia ser removido aquele pórtico da entrada.

E nós autorizamos, eu não sei se foi removido ou se ele ainda existe, mas nós demos autorização de imediato. Então, em termos do empreendedor, a ideia, de fato, é melhorar esse acesso, é melhorar esse acesso... Pois não.

Audio Inaudível.

Daniel Real Park - Pode constar, não vejo problema. Nós temos, é que agora agora, não vou me recordar de cabeça as conclusões do relatório do estudo de tráfego, mas existe um estudo de tráfego pra a área.

Audio inaudível.

Daniel Real Park - É sim...

Audio inaudível.

Daniel Real Park - Sim, sim, sim, sim...

Roberta CONSEMA - Só um instantinho, senhora Maria Lourdes, qualquer manifestação também pós-audiência pública, você pode tá encaminhando para o site do CONSEMA em até cinco dias úteis. Então, mais manifestações, mais sugestões, pra que eles também possam estar recepcionando, a gente encaminha para a CETESB. Então, essas manifestações serão consideradas posteriormente também. Está bem? Só para que a gente flua com celeridade o andamento da audiência. Obrigada.

Daniel Real Park - Então, sobre esse acesso, não há óbice algum de que não seja melhorado. Porque isso vai privilegiar, inclusive, os dois, as duas fases do empreendimento.

Sobre os relatórios de acompanhamento das medidas intigadoras, vou deixar também para o Tiago explanar como que é feito essa apresentação, em que, pese seja entregue para a CETESB, talvez, eu imagino que você, como a, como um terceiro interessado, possa ter acesso ao processo eletrônico. E ali, tudo o que for sendo juntado ao longo do caminho, vocês vão acompanhando. Eu acredito que as suas dúvidas foram essas, não lembro de mais alguma, se tiver esquecendo...

Aí nós temos o questionamento do Sr. Peter, referente ao assoreamento do Lago Amontante. O que eu posso dizer, nesse momento, é que agora nós não temos nenhum tipo de autorização pra intervir nos barramentos, nesses assoreamentos, tá? Foi feito um estudo de macro-drenagem, esse estudo de macro-drenagem, ele, é, atingiu a área do empreendimento como ao redor do empreendimento, estudo de macro-drenagem que atestou que não há prejuízo, em termos de volume, desses barramentos, e esse, esse DVI, que foi, foi emitido pelo DAEE em relação a esse estudo de macro-drenagem, ele, posteriormente, ele vai ser gerado às autorgas do DAEE para reforma dos barramentos.

O estudo de macro-drenagem prevê reforma nos barramentos, e eu imagino que deva ter uma elevação ali, algo em torno de 80 centímetros, um metro. Então, isso foi considerado, e eu imagino, eu imagino, agora não vou saber te falar de cabeça, mas que, possivelmente, esse assoreamento específico possa ter sido contemplado nesse estudo de macro-drenagem. As outras questões, as outras questões foram as mesmas, da Lourdes, e agora o a questão, o questionamento do Sr. João Luiz, morador lá do Sete Lagos.

Em termos do acesso, de fato, nós entendemos que aquele acesso particular, ele precisa ser melhorado, até porque a avenida que foi construída pela Agri urbanismo em frente ao Terras Nobres é uma avenida que eu imagino que deva ter em torno de 20, 25 metros de largura. Essa avenida, ela se estende, essa avenida perimetral, ela se estende por toda a frente do nosso empreendimento, tanto fase 1 quanto fase 2, e a previsão dela no futuro prosseguir. Então, não faz sentido nós termos uma estrada em que, pese tenha sido reformada e tenha sido melhorada recentemente, estrangular a movimentação dos veículos.

Então, eventualmente, quando chegar no momento oportuno, nós podemos até envolver a equipe do Terras Nobres pra melhorar essa questão. Não há, não há, óbice algum. E sobre o esgoto, é como eu informei, no nosso projeto nós temos duas elevatórias de esgoto que direcionam, aaaaaa, o esgoto sanitário para o Terras Nobres.

Então, há um estudo, há um estudo, prévio ao projeto, o projeto executivo, que fez a avaliação da, do sistema existente, tanto de água quanto de esgoto, então não é para ter problema. Esse projeto, ele vai ser enviado para a Sabesp para aprovação. Quando pedimos a diretriz, nós consideramos essa quantidade de lotes que tá em 940.

E, por fim, não foi questionado, mas eu reforço a questão da água. A questão da água, a preocupação maior é com o reservatório. De fato, seria injusto os nossos dois loteamentos fazerem uso da água do reservatório, em que, pese o reservatório do Terras Nobres tenha sido doado para a Sabesp, mas foi exigido 575 metros cúbicos de reservação dentro do nosso empreendimento.

Eu acredito que seja isso, espero que tenha esclarecido a dúvida de todos. E vou passar a palavra agora pro Tiago, para ele falar sobre a questão das capivaras, que não foram indicadas no relatório, e também sobre os relatórios de acompanhamento, e se você puder falar alguma coisa sobre o viário, sobre o estudo de tráfico que nós fizemos. Tá bom? Muito obrigado.

Roberta CONSEMA - Obrigada, Daniel Ornelas, da Real Park. Tiago Escher, por gentileza.

Tiago Global Ambiente - Eu vou falar rapidinho alguns pontos. Vou deixar a questão da capivara para o nosso biólogo. Ele veio aqui exatamente para não ficar falando besteira. Então, ele, como é o especialista nisso, eu vou falar, vou deixar isso com ele.

Só um pouco com relação, acho que o Daniel já mostrou toda a, a intenção de ser um processo complementar com vocês. A ideia, a preocupação de vocês acho que é super válida, especialmente com acesso, especialmente com relação ao viário. O estudo de tráfico, de fato, ele é feito lá em 2021, que é o necessário quando a gente entra com o processo do EIA-RIMA.

A gente pode até pensar em fazer outro. Acho que a ideia que o Daniel está mostrando, e eu falo um pouco por ele até, é sempre uma ideia complementar mesmo. Ele tem todo o interesse, né, de fazer isso o mais rápido possível, porque é isso que vai ser interessante, inclusive, pras vendas deles.

E acho que isso também é interessante pra, pra vocês, o acesso, todas essas questões. Tá? Muitas dessas questões de infraestrutura, especialmente do acesso, ainda vai ser discutido junto à própria prefeitura, para aprovação final, as contrapartidas e tal, e que a gente terá que apresentar isso depois no grapohab. Então, tem um projeto específico, um dos planos de infraestrutura, que tem que ser apresentado também pra CETESB, em com, e, com junto com a prefeitura. Tá?

E isso tudo pode ser disponibilizado pra vocês, tá? Inclusive com relação a todos os programas de monitoramento. Então, isso é apresentado para a CETESB, conforme vai ser lá, semestralmente, isso vai ser definido no processo de licença. Esse processo é possível de ser disponível para vocês, mas a gente já se coloca, posso também falar isso pro Daniel, super à disposição de mandar pra vocês.

Tem o meu contato, a gente manda isso pra vocês, e pra vocês irem acompanhando todo o processo. Espero que seja a Global que faça esses monitoramentos. Estou tentando me vender já aqui, Daniel, mas é que a gente faça esse monitoramento.

E, óbvio, a gente vai apresentando para vocês, com, com, sem problema algum. Tá bom? Acho que era isso. Tem a questão da erosão do, do lago.

No projeto de macrodrenagem, como o Daniel falou, tem já uma, uma previsão de, de tentar arrumar essas questões. Ali tem muito pouco hoje, mas ainda tem umas questões de erosão, não só no lago, mas em toda a área. E isso é um dos pontos positivos que a gente vê, inclusive com a própria implantação do empreendimento.

Então, tudo isso vai ser sanado. E todos esses programas que a gente está prevendo durante a obra de mitigação, de que isso não ocorra mais, isso feito de forma correta, a gente acredita que vai ter uma melhoria também com relação a isso. Tá bom, e aí o Paulão vem falar das capivaras.

Roberta CONSEMA - Obrigada, Tiago. Paulo, as suas considerações. Obrigada.

Paulo Global Ambiente - Bom, primeiro eu queria agradecer à senhora Lourdes por ter prestado tanta atenção assim, no nosso laudo. A gente fica imensamente, de verdade mesmo, agradecido. A gente que trabalha com estudos de impactos ambientais, principalmente e sobretudo na parte de fauna, a gente tem uma tarefa muito, muito complexa.

A gente tem que se dispor a ir a campo, enfrentar as intempéries do clima, faça chuva, faça sol, tudo isso para a gente conseguir levantar as informações dentro dos parâmetros estabelecidos pela Agência Ambiental. E é uma, é um grande desafio, mas extremamente gratificante para quem atua nessa área. Bom, a questão das capivaras sempre suscita uma grande preocupação, princi, não sei se é da senhora, mas imagino que seja, principalmente em relação à transmissão da febre maculosa.

Nós somos de um município, de Campinas, aonde temos acometimentos anuais, assim, que chamam a atenção em relação a mortes, se bem que depois da Covid-19, me parece que cinco, seis mortes por ano por febre maculosa parece que, infelizmente, caiu no senso comum. Que que acontece? Só para a gente entender como funciona a dinâmica do levantamento de fauna. Então, a gente se dispõe a procurar os animais dentro da área de estudo e no entorno imediato.

A gente não levanta somente os animais dentro da área do empreendimento, e sim no entorno imediato também. Especificamente sobre a, os mamíferos, né, do qual a capivara faz parte, a gente utiliza armadilhas fotográficas, que são, tem o nome de armadilha, mas ela não captura o animal. Ela somente trabalha com o sensor, a hora que o animal passa na frente, ela tira uma foto, a gente vai lá com um cartãozinho de memória e vê que o bicho aparece por lá.

Além disso, a gente utiliza o rastreamento de vestígios, fezes, pegadas, e o avistamento mesmo, propriamente dito. Essa área de estudo, antes da gente começar, a gente faz uma etapa anterior, que é levantar os dados secundários existentes pra a região. Então a gente procura na internet estudos que foram realizados por pesquisadores, universidades, pra saber, pra a gente tentar entender como funciona a fauna local.

E a nossa expectativa, antes de começar o estudo, era bastante positiva em relação a gente encontrar, a gente sempre alimenta uma certa positividade em relação a que tipo de animal a gente vai encontrar. Será que a gente vai encontrar onça? Será que a gente vai encontrar algum animal não registrado para o município? E a gente acabou ficando até um pouco decepcionado, eu posso afirmar para a senhora, porque, ao longo dos nossos estudos, a gente foi verificando que a gente encontrava menos animais do que nós esperávamos. E aí, mas, ao longo do estudo, a gente tentou entender como, assim, formular algumas questões, o porquê que isso tava acontecendo.

Mas, especificamente sobre as capivaras, nós temos, quando a gente vai fazer o laudo de fauna, nós fazemos um recorte em relação ao tempo que a gente está fazendo o levantamento. Então a gente vai lá na semana sim, na semana não, a gente verifica os dados climáticos. E, quando a gente não encontra o animal no local, que foi o caso das capivaras, isso não quer dizer que, em algum momento, elas não possam vir a frequentar o local, ou que, em algum momento, elas não frequentaram o local.

Mas isso está querendo dizer, o nosso estudo está querendo dizer que, no momento em que nós fizemos o levantamento, elas de fato não apareceram. Tanto é que não apareceram que nem vestígio elas deixaram no local, fezes, pegadas e outras coisas que poderiam né, apontar à presença delas. O que que eu posso afirmar para a senhora? Uma explicação de por que isso aconteceu, considerando que, na sua residência, a senhora me relatou aqui, relatou, para todos nós que tem cerca de 80, se não me falha a memória, em 2021.

Eu vou tentar, para não me alongar muito, explicar o que pode estar acontecendo. As capivaras são populações, ela é o maior roedor do mundo. Ela tem, como ela tem uma afinidade muito grande com áreas brejosas, rios, riachos, elas se deslocam por essas regiões.

Então, elas não são animais que, em vida livre, são conhecidas por animais que ficam muito tempo paradas no mesmo local. Elas se dispersam através dos corredores ecológicos. E uma outra explicação que eu acho que vem a contribuir para a gente tentar entender o porquê nosso estudo não foi apontado às capivaras é que... Eu estava até esperando uma pergunta nesse sentido.

É que, por exemplo, nós encontramos javaporco no local. Não sei se a senhora já ouviu falar. Então, o javaporco, esse sim... Para mim, foi uma surpresa.

Em meados de 2016, eu atuei ali na região de Barretos e, ali naquela região, o javaporco é amplamente conhecido, amplamente distribuído, tem clubes de caça, entre outras coisas. Me fff... é é. Me pareceu uma... Foi uma novidade a gente encontrar esse animal na região de Itatiba, na, na, nesse período. E o javaporco, como ele é uma espécie exótica, ele foi introduzido aqui no Brasil pra fornecer carne, depois pra caça, e, no fim, ele acabou... Ele perdeu o controle.

Os criadouros foram libertando esses, esses animais de forma não controlada, e esse animal ele se dispersou de maneira muito intensa, na, no ambiente silvestre. E a gente sabe que a segunda maior causa de perda de biodiversidade... A primeira é a perda de hábitat, desmatamento. A segunda é a introdução de espécies exóticas.

As espécies exóticas competem com as espécies nativas. E, quando nós encontramos o registro... Na verdade, nós não vimos o animal adulto, mas nós vimos a prole. Eram cerca de oito filhotes.

Não sei se a senhora chegou a ver no relatório, tem a foto lá, todos pintadinhos ali.

Áudio Inaudível.

Paulo Global Ambiente - Perfeito, perfeito. Então, é basicamente isso.

Mas assim, em contrapartida, tá correto que as capivaras não podem ser abatidas. Elas representam um problema de saúde pública, mas, ao mesmo tempo, elas fazem parte da fauna silvestre. Pra nós, pra nós, é como, é como, profissionais do meio ambiente, é bastante interessante a gente registrar toda a fauna existente.

Tanto é que, mesmo as capivaras não tendo sido registradas... E, lembrando, é apenas um recorte ao longo... Pode ser que, nesse momento, nós tenhamos um grupo de capivara passando ali pela região do empreendimento. É perfeitamente normal. Mas, mesmo o fato de elas não terem sido apontadas no nosso estudo, como o Tiago apontou, nós prevemos a questão de passagens de fauna.

Então, quando você tem ali a implantação, você tem um córrego, você vai colocar uma ponte, uma diretriz viária. Então, pra você não interromper o fluxo, porque a gente entende que os córregos são corredores ecológicos. Então, para você não obstruir esses corredores, para que os animais tenham a possibilidade de transitar da forma que acharem necessária, a gente né, nós previmos a implantação desses é, desses dispositivos de passagem de fauna justamente para que o impacto ambiental seja mitigado.

Então, em que pese que elas não tenham sido apontadas, isso não quer dizer que elas não foram contempladas. Porque nós temos aqui uma lista de outros animais que a gente considera bastante interessantes também. Então foi, apareceu lá o gato-do-mato pequeno, que é uma espécie, inclusive, apontada na lista de animais vulneráveis.

Então, cachorro-do-mato. Então, tem outros elementos ali da, do, da sociedade, dos grupos de fauna, que nos motivaram e nos orientaram a desenvolver um projeto justamente prevendo a necessidade de que o trânsito de fauna via corredores ecológicos não, não fosse interrompido por meio da implantação do empreendimento. Mas a questão da capivara é extremamente relevante.

Independentemente se os 80 indivíduos existentes na propriedade da senhora ficarem permanentemente lá, e eu acho que isso não... Provavelmente não é isso que ocorre. Eles estão permanentemente transitando. O risco da febre maculosa ele existe, mas se você tem... E esse projeto ele, ele procurou focar nesse aspecto também.

Se você tem um ganho ambiental na forma de plantio de espécies nativas, se você tá restaurando as áreas de preservação permanente, você acaba que você tem um equilíbrio ambiental. Se você tem um equilíbrio ambiental, o que é o equilíbrio ambiental? Você ter diversas espécies de fauna presentes no local, e isso faz com que você tenha um controle tanto das espécies... Porque o problema das capivaras, a superpopulação de capivaras, é um problema de descontrole ambiental. Uma espécie não pode crescer a sua população em detrimento de outras.

Então, quando você tem um plantio de mudas nativas, que o projeto prevê isso, que você prevê o reflorestamento das áreas de preservação permanente, outros atores da fauna vão passar a frequentar o local. E isso faz com que você estabeleça um equilíbrio. Quando você tem uma espécie que se beneficia da degradação ambiental, e a capivara é uma delas, a capivara hoje pode ser considerada até uma espécie que a gente chama de espécie cenotrófica, que são espécies que convivem em meio à degradação ambiental.

São as capivaras, os gambás, os micos que a gente vê transitando até em fios de alta tensão nas cidades. São espécies que se adaptaram ao ambiente urbano. E isso é ruim, porque os animais, via de regra, a gente espera que eles fiquem dentro do ambiente natural e não convivendo conosco na cidade.

Mas, infelizmente, isso é um dado, é um fato, que os animais se adaptam, alguns deixam de existir, outros têm a sua população muito beneficiada.

Roberta CONSEMA - Paulo, eu peço que conclua, para que a gente possa seguir.

Paulo – Global Ambiente - Não, acho que é só isso.

Roberta CONSEMA - Obrigada. Eu passo agora as considerações da CETESB. Por gentileza, Viviane Khodrachusky.

Viviane CETESB - Dos assuntos que foram levantados, muito pertinentes e interessantes, o que eu tenho a dizer é o seguinte. A Sabesp, nessa primeira fase do licenciamento, ela participa com a certidão de diretrizes, dizendo se tem viabilidade ou não de interligação do sistema existente com o novo projeto, já calculado a população total do projeto que ta em análise. Pra próxima etapa, é que vai ter a aprovação do projeto executivo pela Sabesp.

A questão do trânsito, o estudo de impacto de, de tráfego, foi avaliado preliminarmente pela CETESB, com definição de alguns ajustes no tra, no sistema viário do entorno. Mas, na próxima etapa, a Prefeitura Municipal também precisa aprovar esse projeto e vai definir as contrapartidas específicas, já conhecendo como é a ocupação atual dos loteamentos existentes. E, quanto mais vocês conversarem, administração de um loteamento ou do outro, a manutenção fica mais fácil, às vezes, do empreendedor, em acordo do que deixar para o poder público.

Então, geralmente, no momento da próxima etapa do licenciamento, a Prefeitura é que vai fazer essa articulação, esperamos né, esperemos, as boas prefeituras fazem isso, dos usuários das vias compartilhadas. Então, isso tudo vai ficar bem amarradinho nas próximas etapas. A questão da fauna, que tanto se falou da Capivara, interessante a aula sobre elas e os javaporcos, eu até já imaginei, mas a CETESB ela exige também, na próxima etapa, que tenham, sejam feitas novas campanhas de levantamento de fauna na Gleba.

Então, eles vão fazer um monitoramento dessa fauna. Então, essa visão preliminar que nós temos é uma ideia inicial. Depois, eles precisam fazer o acompanhamento com medidas específicas.

Então, a CETESB vai definir as medidas de salvaguarda, tanto para proteger a fauna nativa, como esse estudo de interação entre a comunidade humana desse novo bairro em relação à fauna. Então, algumas áreas, por exemplo, os fragmentos existentes e as APPs, a prioridade é da fauna nativa. Nessas áreas, geralmente, é feita a sinalização para não permitir a entrada de Rottweiler, que vai caçar o nosso macaquinho ameaçado.

Então, procuramos fazer essa avaliação detalhada conforme as campanhas de monitoramento de fauna vão chegando nas próximas etapas. E todos esses relatórios ficam

em documentos públicos na CETESB. Hoje em dia, à vista, o processo é muito mais fácil porque são processos digitais.

Então, você pode mandar um e-mail tanto para o Concema, que encaminha pra gente, como para a CETESB mesmo. Quer ver, (Inaudível)... To pegando aqui pra ver o número do processo. Se você ligar no PABX da CETESB e pedir vistas ao processo Impacto 84-2022, você preenche uma ficha cadastral bem simplesinha e você acessa online o processo.

E as próximas etapas, a mesma coisa. Vai ter um outro número, mas você consegue acompanhar. Tá bom? Só isso. Boa noite.

Roberta CONSEMA - Obrigada, Viviane. Feitos os esclarecimentos pelo empreendedor, pelo consultor, também pelo Fa... pelo Paulo.

Eu vejo aqui, mais uma vez, a senhora Lourdes fez várias comentários. Também, se quiser futuramente encaminhar em até cinco dias úteis pro site do CONSEMA, arroba sp.gov.br, também para a CETESB, também, conforme dito pelos empreendedores, pelo empreendedor e consultor no site deles, ou um contato direto, para que fique tudo viabilizado de uma forma clara e transparente. Verificado que foi cumprido todo o rito dessa audiência pública, instalado, que foi inicialmente instalado, demo, democraticamente todos participaram, de uma forma clara e transparente.

Eu dou por encerrada a presente audiência e agradeço a presença e paciência de todos.

Muito obrigada.

(1h40m55s)